

APRESENTAÇÃO

A Gestão da Saúde no Brasil

Ana Maria Malik e Luis Eugenio P. F. de Souza

Os serviços de saúde são, certamente, uma das áreas de gestão mais complexa. Há uma série de razões para isso: seus objetivos são vários (e, às vezes, pouco precisos ou contraditórios entre si); os processos de trabalho são múltiplos e de difícil coordenação, dada a indispensável autonomia dos trabalhadores; atendem a necessidades e demandas em constante evolução; são fortemente permeados por questões de caráter ético, cultural, social e político.

Desde a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1988, houve uma forte expansão dos serviços, tanto no setor público, quanto no setor privado. Em ambos os setores, são diversos os modelos de gestão adotados. Mais recentemente, têm crescido as alternativas que associam organizações públicas e privadas. Desse modo, têm-se acumulado experiências que merecem ser discutidas, seja para identificar estratégias bem sucedidas, seja para evidenciar obstáculos à efetividade e/ou à eficiência dos serviços de saúde.

O seminário "*A gestão da saúde no Brasil*" teve como objetivo, exatamente, abrir um espaço de debate sobre essas experiências. A discussão começou por uma análise política da conjuntura a partir da conferência do professor Luiz Carlos Bresser-Pereira, que defendeu a necessidade de uma coalizão de classes ou de um pacto político desenvolvimentista, em oposição à coalizão liberal de classes, formada por rentistas, financistas e defensores dos interesses estrangeiros.

A seguir, uma mesa-redonda, coordenada pelo então presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, doutor Fernando Monti, discutiu os desafios da gestão da saúde. A primeira palestrante desta mesa, professora Amélia Cohn, destacou que a utopia da universalidade do SUS transformou-se na distopia da segmentação e fragmentação do sistema de saúde e da sociedade. O professor Gastão Wagner, a seu turno, defendeu que o SUS tenha um alto grau de autonomia e, ao mesmo tempo, um alto grau de controle de cogestão, transformando-se, talvez, em uma autarquia pública: o SUS Brasil. Por sua vez, o professor Luis Eugenio sistematizou os desafios à gestão da saúde em uma matriz formada por três dimensões (política, técnica e administrativa) e por três níveis (macro, meso e microgestão) e concluiu que a possibilidade de consolidação de um SUS universal e igualitário depende de uma ampla mobilização social em defesa da saúde como direito.

A segunda mesa-redonda, comandada pelo professor Adolfo Chorny, debateu as relações entre o público e o privado na gestão da saúde. A professora Ana Luiza Viana apresentou três cenários: (a) o atual, caracterizado por um pluralismo empresariado em que coabitam um segmento híbrido de quase mercado, um segmento privado com fins lucrativos e um segmento público; e dois possíveis: (b) o pluralismo integrado, com preponderância de institucionalidade estatal; e (c) o pluralismo mercantil com prepon-

derância de institucionalidade privada com fins lucrativos. Em seguida, o professor Fernando Abrucio destacou quatro questões essenciais na relação entre o público e o privado: superar a polarização entre Estado e mercado; melhorar a capacidade estatal de regulação; definir melhor os objetivos do atual pluralismo organizacional; e estabelecer um desenho institucional, com objetivos e coalizões de apoio bem definidos. Por fim, Márcio Almeida ponderou que não é cabível compreender as relações entre o público e o privado de maneira maniqueísta, lembrando que ninguém desconhece que ocorre a apropriação para fins particulares de recursos públicos em serviços estatais de saúde ou que inúmeros serviços do Terceiro Setor na saúde têm relevante papel social.

As diferentes estratégias de gestão de estabelecimentos de saúde vinculados ao SUS foi o tema da terceira mesa-redonda, coordenada pela professora Eli Lola Gurgel de Andrade. A diretora da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, enfermeira Jeanne Michel, lembrou que a missão da EBSEH é aprimorar a gestão dos hospitais universitários federais e congêneres, ressaltando que já se obtiveram grandes melhorias. Em seguida, o doutor Eduardo Ribeiro, chefe da Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, apresentou a experiência de 17 anos de parceria com Organizações Sociais de Saúde para a gestão de equipamentos próprios de saúde do Estado. Por sua vez, o doutor Jorge Motta, diretor técnico do Hospital do Subúrbio em Salvador (Bahia), informou que a epidemiologia foi a estratégia utilizada para estruturar toda a organização, a partir das necessidades de saúde da população. Fechando a mesa, o professor Gonzalo Vecina Neto, à época superintendente do Hospital Sírio-Libanês (São Paulo), elencou cinco desafios da gestão dos estabelecimentos de saúde: regulação, reforma administrativa, cooperação público-privada, terceirização e aferição de resultados.

A última mesa-redonda, sob a coordenação do professor Wilson Rezende, debateu a participação do capital estrangeiro na assistência à saúde, recentemente autorizada por lei federal. O doutor Francisco Balestrin, Presidente do Conselho da Associação Nacional de Hospitais Privados, afirmou que, na questão do capital, seja ele nacional ou estrangeiro, o importante é que traga para as instituições aquilo que hoje falta: estrutura, organização, governança corporativa e governança clínica. A professora Lenir Santos, em seguida, considerou que a aprovação dessa lei viola a autoridade do país na organização de seu sistema de saúde, quebrando o princípio da soberania para fundamentar e autorizar, de maneira regulada, os investimentos econômicos na saúde pública. Por sua vez, a professora Lígia Bahia defendeu que a participação do capital estrangeiro representa uma ameaça ao SUS, porque não tem interface com ele, não leva em conta as necessidades de saúde da população e, além disso, iguala o filantrópico ao privado. Quanto ao professor Walter Cintra Ferreira Junior mencionou o desfinanciamento do setor saúde, bem como a falta de controle sobre os recursos repassados, sejam eles no setor público e no setor privado. Sem recursos e sem controle não há como o SUS caminhar como se busca.

Enfim, as discussões foram muito ricas e essa edição especial da **Revista Debates GVsaúde**, ao registrá-las e promover sua divulgação, contribui para o avanço do debate e para a formulação de estratégias de gestão que atendam aos anseios por uma atenção à saúde de qualidade e igual para todos. Não foi outra a intenção da Associação Brasileira de Saúde Coletiva e do GVsaúde da Fundação Getúlio Vargas ao organizarem esse seminário.